

# **ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INTERESSADOS NA FORMAÇÃO PARA A ÁREA PÚBLICA: ESTUDO APLICADO AOS VESTIBULANDOS E ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GOVERNO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

**Maria de Fátima ROSSI<sup>1</sup>**  
**Isabella Freire BIONDINI<sup>2</sup>**  
**SIMONE CRISTINA DUFLOTH<sup>3</sup>**  
**Maria Isabel RODRIGUES<sup>4</sup>**  
**Elisa Maria Pinto da ROCHA<sup>5</sup>**  
**Cláudia Júlia Guimarães HORTA<sup>6</sup>**

## **RESUMO:**

A pesquisa apresenta a análise das principais mudanças ocorridas no perfil socioeconômico dos estudantes interessados na formação na área de administração pública e no ingresso à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais ao longo dos anos. O quadro teórico de referência foi construído a partir da discussão acerca dos fatores que influenciam a tomada de decisão do jovem em relação ao curso e profissão, com destaque para o papel da família, as mudanças ocorridas no ensino médio e nos vestibulares, bem como a preocupação com a inserção no mercado de trabalho. Buscou-se refletir, também, sobre algumas questões da formação na área de conhecimento da administração pública, no contexto brasileiro. Optou-se pelo estudo de caso do curso de formação superior em administração pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro que se configura como um requisito obrigatório para o ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais. A metodologia da pesquisa caracterizou-se pelo caráter qualiquantitativo e os principais dados foram coletados por meio dos questionários socioeconômicos aplicados aos vestibulandos, a cada processo seletivo realizado durante o período 1995 a 2011. Foi empregada a análise longitudinal para a identificação de mudanças e tendências ao longo do tempo. Para análise do perfil do aluno, foram utilizados os dados referentes ao período atual do curso (anos de 2007 a 2011). Foi possível identificar três momentos distintos do curso, apontados pela diferenciação de características dos seus vestibulandos e alunos, sobretudo em relação às variáveis: faixa etária, situação ocupacional, renda familiar, escolaridade e ocupação dos pais. O primeiro momento corresponde ao período inicial do curso, entre 1995 e 1998, em que os vestibulandos apresentaram faixa etária acima de 20 anos, oriundo de escola pública, com expressiva presença de ensino médio profissionalizante, baixo domínio de língua estrangeira e com experiência profissional. O segundo momento corresponde a um período de transição com muitas oscilações nessas características apontando para mudanças importantes que se consolidaram recentemente (2007 a 2011). De modo geral, os resultados indicam o seguinte perfil atual de vestibulandos e alunos: muito jovem, solteiro, sem experiência em atividade remunerada, oriundo de escola particular, com domínio de língua estrangeira, e cujos pais apresentam escolaridade média a superior. São mudanças significativas que apontam a necessidade de atenção especial em futuras adaptações e mudanças do curso. Acredita-se que a pesquisa gerou informações que servirão de base para novos estudos.

## **1. INTRODUÇÃO**

Diversas modificações ocorreram no cenário da administração pública brasileira nos últimos anos. Do enfraquecimento do papel do Estado nos anos 80, passando por todas as tentativas de reformas dos anos 90, até os primeiros impulsos de redefinição de

---

<sup>1</sup> Professora e Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

<sup>2</sup> Professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Centro de Estatística em Informação da Fundação João Pinheiro.

<sup>3</sup> Professora da Escola de Governo, Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

<sup>4</sup> Professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Coordenadora do Curso de Administração Pública (CSAP).

<sup>5</sup> Professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e Pesquisadora em Ciência e Tecnologia do Centro de Estatística em Informação da Fundação João Pinheiro.

<sup>6</sup> Professora da Escola de Governo e Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

seu papel, na primeira década de 2000, foram muitos os acontecimentos que influenciaram diretamente os cursos de administração pública no Brasil. Conforme Keinert (1996, p.11), o "tema da reforma administrativa, ciclicamente em voga, tem influenciado a reflexão e os processos de formação de administradores públicos."

Um indicador dos impactos dessas mudanças na área de conhecimento da administração pública é o crescimento do número de cursos na área. Em 1995 funcionavam apenas 13 cursos de graduação em administração pública no Brasil, número que saltou para 52, em 2006 (Coelho, 2006)

A repercussão dessas mudanças na esfera de atuação do Estado se faz sentir com maior intensidade nos cursos que funcionam em escolas de governo. As trajetórias dos cursos pioneiros evidenciam a repercussão dessas alterações.

Embora as escolas de governo tenham encontrado um contexto pouco favorável nos anos 80, data dessa década a criação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Nesse período, a ENAP enfrentou uma série de dificuldades na implantação de seu curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, bem como em relação à sua própria existência como escola formadora de quadros para os escalões superiores do governo.

No entanto, ao final da década, esse cenário começa a mudar com o debate sobre a necessidade de reforma e modernização do Estado. A nova Constituição recolocou a discussão das necessidades de mudanças profundas da máquina administrativa tendo em vista a ampliação de direitos e a diversidade inerente às novas políticas públicas demandadas.

Somente em 1995, no período de atuação de Bresser Pereira no Ministério da Administração e da Reforma do Estado, o tema da administração pública retorna ao centro das discussões. O projeto de reforma gerou um novo contexto de reestruturações que passou a demandar qualificação e profissionalização, acarretando uma redefinição do mercado de trabalho na esfera pública, com a realização de concursos a partir de então. Outro impulso importante veio em junho de 1998, com a Emenda Constitucional n. 19, que instituiu diversas mudanças na concepção de administração pública e preconizou a obrigação de a União, os Estados e o Distrito Federal manterem Escolas de Governo. (Ribeiro, 2003)

Em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro (FJP) foi pioneira na implantação do Curso de Administração Pública (CSAP). Em 2011, o curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro completa dezoito anos de atividade regular. Com centenas de profissionais formados, é um curso consolidado e bem avaliado pelo Conselho Estadual de Educação, alcançando destaque entre os cursos de administração do Brasil. Em sua trajetória de quase duas décadas, o curso sofreu algumas alterações decorrentes tanto do contexto político-

institucional, como do socioeconômico. Os reflexos dessas mudanças podem ser observados sob diversos aspectos, e um destes aspectos se refere às mudanças no perfil de vestibulandos e alunos do curso.

Diante deste contexto, algumas questões que orientaram a elaboração desta pesquisa são relacionadas a seguir. Quais alterações principais teriam ocorrido no perfil de vestibulandos e alunos do curso? Quem é o atual aluno da escola? Que diferenças e semelhanças existiriam entre o perfil do vestibulando e do aluno? Qual a relevância dessas mudanças?

Assim, essa análise apresenta uma síntese do trabalho de pesquisa que buscou responder às questões levantadas e propor novos questionamentos. A principal fonte de dados utilizada foi o questionário socioeconômico respondido pelos vestibulandos a cada processo seletivo. O objetivo é analisar os perfis dos vestibulandos e alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro visando identificar as principais mudanças ocorridas ao longo do período compreendido entre 1995 e 2011. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, mas contrariando a maioria dos trabalhos dessa natureza, a pesquisa priorizou a abrangência no levantamento de dados, apenas criando novas hipóteses para estudos futuros, em profundidade, sobre os problemas específicos apontados.

O levantamento dos dados quantitativos buscou abarcar o maior número possível dentro do universo. Nesse sentido, não foi especificada uma amostra, pois todos os questionários respondidos foram considerados. Os gráficos foram desenvolvidos a partir da tabulação dos mapas estatísticos fornecidos pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), órgão realizador do concurso público/vestibular e responsável pela aplicação dos questionários. Foi empregada a análise longitudinal para a identificação de mudanças e tendências ao longo do período estudado. Além disso, para traçar o perfil do atual aluno do curso (turmas de 2007 a 2011), foi realizada, separadamente, a tabulação direta dos questionários, identificando aqueles que passaram da condição de vestibulando à de aluno. Para esse período, de cinco anos, optou-se por traçar o perfil através das médias, ao invés de empregar a análise longitudinal. Procedendo da mesma maneira com os resultados dos vestibulandos, nos últimos anos, foi possível compará-los para perceber semelhanças e divergências. A opção pela análise longitudinal para perfil dos vestibulandos e não dos alunos justifica-se pelo fato de que a FUNDEP fornece apenas os mapas referentes aos candidatos, sem identificação dos aprovados. Também se faz importante acrescentar que os dados referentes ao ano de 2005 não estavam disponíveis, por isso há um intervalo nos gráficos. Acredita-se, contudo, que tal ausência não prejudicou a análise.

Apresenta-se, a seguir, uma breve discussão sobre os principais fatores envolvidos no processo de escolha do jovem por um curso e profissão, em especial de administração pública; na terceira parte um panorama histórico da área de conhecimento da administração pública no Brasil; na quarta parte são apresentados os principais resultados da pesquisa; e por fim, algumas conclusões e sugestões para novos estudos.

## **2. A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO E A OPÇÃO PROFISSIONAL**

O momento da escolha profissional coincide com o da adolescência, fase de muitos conflitos e indecisões. Esse período é marcado pela transição e pelo “não ser” criança e nem adulto, mas também pela obrigação de ter que tomar importantes decisões, como a de optar por uma profissão.

Por um lado, a juventude constitui-se em uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Isso pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade dos jovens, mas não deixa de ser um momento de buscas e definições. A obrigatoriedade das escolhas nessa fase, no entanto, não é necessariamente acompanhada pelo amadurecimento psicossocial dos jovens, os quais, na maior parte das situações, não dispõem de informações e experiência suficientes para fazer opções que repercutirão em seu futuro. (Camarano & Mello, 2006, pp.14-15)

Escolher uma profissão é uma grande responsabilidade e, como toda escolha, implica deixar para trás outras opções, o que gera sensação de perda e muita insegurança. Além disso, as pressões que o jovem sofre para iniciar um curso superior, optar por uma carreira e ingressar no mercado de trabalho podem acarretar a escolha apressada e equivocada por determinados cursos.

Muitos almejam uma formação profissional que favoreça sua inserção no contexto competitivo do mercado, ou seja, buscam através de uma nova profissão a melhoria de suas condições de vida. Aumentar as chances de mobilidade social passa a ser o alvo principal de sua escolha. Assim, sobretudo para aqueles muito jovens, fatores como a situação do mercado de trabalho e o desejo de consumo podem fazer com que a profissão escolhida leve em consideração muito mais os aspectos financeiros imediatos que os sonhos e projetos. (Silva et al, 2005)

O desejo do jovem de se tornar economicamente independente encontra vários obstáculos no mercado de trabalho atual, marcado pelos impactos de muitas mudanças recentes. Segundo Gonzáles (2009, p.119), no Brasil, “os jovens receberam a maior parte do impacto da retração das oportunidades de emprego na segunda metade da década de 1990 e seu patamar manteve-se mesmo após 2005, quando a taxa de desemprego geral tendeu a diminuir.” As exigências, por parte de muitas organizações, de maior escolaridade, domínio de novas tecnologias e experiência profissional podem

representar obstáculos quase intransponíveis para a maioria. Além do mercado de trabalho, outros fatores influenciam na tomada de decisão do jovem, como as suas características individuais, situação socioeconômica, valores e crenças, posição dos pais e, sobretudo dos familiares. A família, um dos influenciadores mais importantes, pode tanto ajudar quanto dificultar o processo de escolha do curso, pois sua capacidade de “apoio está relacionada com o seu grau de expectativa, com seus conflitos e com a sua capacidade de manejá-los.” (Santos, 2005, p.58)

Para o jovem, nesse momento, a escolha por um curso de administração pode significar, a princípio, a não-especialização, visto que a área oferece uma formação de caráter interdisciplinar e generalista, permitindo a inserção no mercado de trabalho em diversas organizações e funções.

No entanto, quando a opção se refere à administração pública, esse campo de atuação mostra-se mais delimitado, tanto por remeter a uma formação específica voltada para o primeiro setor, como pela inserção via concursos públicos. Acrescente-se a isso o fato de que o campo de conhecimento da administração pública no Brasil, não se encontra consolidado, o que pode exercer influência na decisão dos jovens. Nesse sentido, faz-se importante destacar as principais questões envolvidas nessa discussão.

### **3. O CAMPO DE CONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL**

Pode-se dizer que a administração de empresas e a administração pública têm seus pontos de interseção, mas também suas especificidades. Isso se reflete nos embates presentes entre as duas subáreas desde o início da formação desse campo do conhecimento.

Desde as primeiras manifestações no sentido de criação de um curso para formação de administradores públicos, essa área teve que disputar com outros campos de conhecimento um espaço mínimo de autonomia. A estruturação do campo da administração pública no Brasil teve como “principal fonte de inspiração em uma síntese peculiar de duas correntes aparentemente contraditórias: a norte-americana e a européia”. (Peci & Cavalcanti, 2007, p.133) A corrente européia se caracterizava pela ênfase colocada no domínio da lei e, portanto, em uma orientação marcada pelo Direito, pela burocracia e suas características. Essa influência se fez sentir no Brasil, sobretudo em meados do século XIX. Já a segunda corrente, desenvolvida nos Estados Unidos, apresentava centralidade nas ciências administrativas, destacadas como campo de conhecimento próprio. Segundo Peci e Cavalcanti (2007, p.136), a “autoridade atribuída à Constituição, a concepção federalista mais descentralizada do governo, o peso atribuído à democracia e à separação de fato dos poderes incentivaram uma concepção baseada na separação entre política e administração.” Nessa segunda corrente, o campo de

conhecimento da administração pública passa a ser entendido como uma variante das ciências administrativas.

Nos Estados Unidos, a profissão e a área de graduação alastraram-se no contexto do movimento reformista conhecido como **progressivism** e a burocracia era constituída por especialistas de nível superior egressos das camadas médias da sociedade, em contraste com a perspectiva mais generalista e elitista dominante na França e no Reino Unido. (Page, 1992, *as cited in* Gaetani, 1999, p. 94)

Outra abordagem acerca do desenvolvimento da administração pública, como campo de conhecimento, discute as influências das ciências administrativas e das ciências políticas como uma "dicotomia estrutural básica" da área. De acordo com tais análises, o campo da administração pública no Brasil sofreu maior influência da vertente norte-americana, cuja ênfase é das ciências administrativas.

Contudo, em um segundo momento, mais recente, esse campo passou a ser influenciado pelas ciências políticas e seu instrumental analítico. Segundo Mezzomo e Laporta (1994, p.13), "começam a surgir os estudos relacionados com a questão do poder estatal, dando menos ênfase à eficiência que à equidade e à adequação social, entendida como efetividade." Embora as ciências políticas tenham conquistado maior espaço no campo da administração pública, as ciências administrativas mantiveram forte a sua influência e prevalece, portanto, a dicotomia na área.

Para os autores, os anos 90 trouxeram a necessidade de conciliar essa dicotomia para a consolidação desse campo do conhecimento. Tal tendência se inscreve no contexto de fortalecimento da cultura democrática, que exige um novo perfil de administradores públicos. "À competência política para conciliar demandas sociais e conviver com as relações de poder entre Estado e sociedade deve somar-se a capacidade técnica para definir prioridades e metas, formular estratégias e gerir recursos." (Mezzomo & Laporta, 1994, p.14)

No entanto, pode-se dizer que há uma série de fatores que contribui, segundo Gaetani (1999, p.92) "para tornar o ensino da disciplina complexo e de difícil institucionalização: a fragilidade de seus fundamentos intelectuais, a dificuldade de validação externa, a especificidade da área, a carência de credenciais acadêmicas e a permanente necessidade de legitimação social." Tais problemas têm reflexos no processo de consolidação da profissão.

Embora a administração pública no Brasil tenha sofrido influência direta dos Estados Unidos, a consolidação da profissão não ocorreu no mesmo passo que naquele país. No Brasil, somente em meados da década de 1960 a profissão de administrador foi

regulamentada, já em um momento de inflexão do campo da administração pública, com a instauração do regime militar e o chamado milagre econômico.

Dada a liberdade gerencial e a emulação de arranjos organizacionais típicos de administração de empresas, iniciou-se um processo de erosão do **ethos** da administração pública, não identificada no plano microeconômico com as novas formas de gestão incentivadas pela reforma. (Gaetani, 1999, p.100)

Para o autor, nesse momento, a administração pública, na prática, foi absorvida pela área de administração de empresas e, ao “longo do tempo, administração tornou-se sinônimo de administração de empresas”, sobretudo com o *boom* desses cursos no país. O encolhimento do Estado nos anos 1980 contribuiu de modo contundente para agravar o quadro de desvalorização da área e da profissão de administração pública. (Gaetani, 1999, p.100)

Somente em meados dos anos 1990, ocorre a retomada do ensino de administração pública com a realização “de concursos públicos para carreiras estratégicas (acompanhados por programas de treinamento introdutórios) e um intenso programa de educação continuada (...)” (Gaetani, 1999, p.102). Apesar de significativa valorização da área de administração pública, desde então, percebe-se uma fragilidade constante no que se refere às mudanças políticas, sobretudo para os cursos que funcionam em escolas de governo.

Assim, a profissão de administrador público ainda está por ser consolidada, o que implica também maiores fragilidades quanto às perspectivas de carreira. Pode-se dizer que a consolidação da administração pública como área de conhecimento específico é fundamental para a valorização da carreira, e vice-versa.

#### **4. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Criada em 1992 como uma diretoria da FJP, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho é uma instituição de ensino superior que combina “autonomia acadêmica dos seus programas de ensino e pesquisa com subordinação aos objetivos de modernização da gestão da máquina administrativa do Governo do Estado” (Fundação, 2007, p.6). Além da graduação, a Escola de Governo oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, bem como programas de educação continuada.

O Curso de Administração Pública foi reconhecido pela portaria MEC n. 1275, 23/08/1994 e regulamentado pela Lei Estadual n. 11658, de 02 de dezembro de 1994. Seus objetivos específicos são: formar servidores para compor os quadros do setor público, fortalecer as competências na área de gestão governamental, desenvolver pesquisas relacionadas com as questões e problemas da administração pública, e treinar os alunos em órgãos governamentais na formulação e execução de políticas públicas.

(Fundação João Pinheiro, 2007, p.7). Um benefício concedido ao aluno do curso é o pagamento de uma bolsa mensal, no valor de um salário mínimo, cujo objetivo é garantir que ele receba uma ajuda de custo para fins de dedicação exclusiva. O aluno que faz a opção pelo recebimento da bolsa de estudos firma um compromisso de permanecer na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental por um período mínimo de dois anos. Aqueles que não cumprem o prazo mínimo de permanência na carreira, que desistem do curso a partir do 5º período, que não tomam posse ou são reprovados duas vezes na mesma disciplina devem pagar uma indenização ao Estado, correspondente ao valor do investimento realizado.

Atualmente, o corpo docente do curso é composto por 50% professores doutores e 48% mestres, sendo que do total de professores, 89% fazem parte do quadro de servidores da instituição: 48% como docentes permanentes da Escola de Governo e 41% como docentes associados (técnicos lotados em outras diretorias). (FJP, 2009b)

Acredita-se que o projeto Choque de Gestão, implantado pelo governo do Estado, a partir de 2003, colaborou para demarcar um novo momento do curso, uma vez que seus egressos passaram a ocupar um papel importante no contexto de mudanças em andamento. Com isso, em 2004, as vagas anuais para o curso foram ampliadas de 40 para 80, e o cargo de Administrador Público foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG.

Estão entre as atribuições do EPPGG a formulação, a avaliação e a supervisão de políticas públicas, bem como o exercício de atividades relacionadas às áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial. Os egressos são lotados no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG-MG).

A demanda pelo curso é alta, chegando a ter 2236 inscritos em 2004. Mesmo com a expansão das vagas, registram-se patamares altos de concorrência: entre 13,1 e 19,5 candidatos por vaga no período de 2005 a 2011 (Figura 1).

| Ano  | Número candidatos | Candidato/<br>Vaga | Ano  | Número candidatos | Candidato/<br>Vaga | Ano  | Número candidatos | Candidato/<br>Vaga |
|------|-------------------|--------------------|------|-------------------|--------------------|------|-------------------|--------------------|
| 1995 | 901               | 22,5               | 2001 | 952               | 23,8               | 2007 | 1373              | 17,2               |
| 1996 | 747               | 18,7               | 2002 | 1485              | 37,1               | 2008 | 1046              | 13,1               |
| 1997 | 698               | 17,5               | 2003 | 1290              | 32,3               | 2009 | 1560              | 19,5               |
| 1998 | 844               | 21,1               | 2004 | 2236              | 27,9               | 2010 | 1536              | 19,2               |
| 1999 | 1004              | 25,1               | 2005 | 1091              | 13,6               | 2011 | 1248              | 15,6               |
| 2000 | 648               | 16,2               | 2006 | 1257              | 15,7               |      |                   |                    |

**Figura 1:** Número de Candidatos e Relação Candidato/Vaga nos Concursos Públicos-Vestibulares para o Ingresso na Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado de Minas Gerais através do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro nos anos de 1995 a 2011

**Fonte:** ROCHA, et. al., 2010.

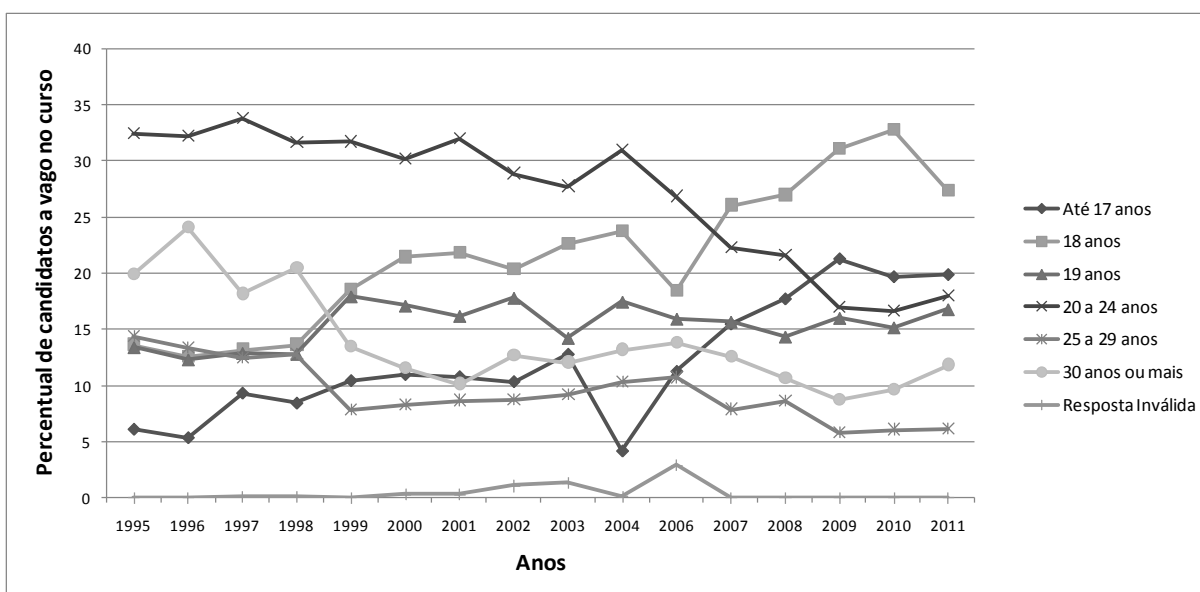
#### **4.1 Perfil dos vestibulandos e alunos**

Quanto aos vestibulandos do curso, foi possível perceber três momentos que caracterizam perfis diferenciados dos candidatos, ao longo do período analisado. Com a finalidade de evitar repetições das datas, passa-se a identificar esses períodos de: *inicial*, de *transição*, e *atual*. O primeiro compreende os anos entre 1995 e 1998; o segundo se refere ao período entre 1999 e 2006; e o terceiro corresponde ao período mais recente, anos de 2007 a 2011. Nos períodos inicial e atual notam-se algumas tendências ou certa homogeneidade de características. O segundo período, embora apresente alguma homogeneidade, também expressa muitas oscilações e, por isso, foi caracterizado como período de transição, no que se refere à definição de perfil.

Ao longo de todo o período analisado, percebe-se uma redução significativa da faixa etária dos candidatos, especialmente a partir de 2006. A faixa etária entre 20 e 24 anos predomina em quase todo o período analisado, mas apresenta algumas diferenças significativas entre os três momentos percebidos. No período inicial, a segunda faixa etária com valores mais altos é aquela dos candidatos com 30 anos ou mais, de modo que a maioria apresenta idade igual ou acima de 20 anos. Nos oito anos seguintes (período de transição: 1999-2006), a segunda faixa com percentuais maiores passa a ser aquela dos candidatos com 18 anos causando queda expressiva do grupo de vestibulandos com idade de 20 anos ou mais. Percebe-se, também, que nesse período ocorre queda significativa da faixa etária de candidatos com 30 anos ou mais. Já no período atual, passa a predominar a faixa etária de 18 anos seguida da faixa etária até 17 anos, representando aproximadamente metade dos candidatos (Figura 2)

Em relação ao sexo dos vestibulandos, há predominância das mulheres (50,33% a 58,37%) sobre os homens (43,01% a 46,76%), percebendo-se, ao longo do período, um aumento dessa predominância, com percentuais mais elevados de candidatos do sexo feminino. Nos anos anteriores a 2000 e no ano de 2001, essa variável não aparece no questionário. Quando comparados ao perfil do aluno atual do curso, percebe-se a predominância dos homens, ou seja, um número maior de mulheres realiza o vestibular, mas há maior entrada de homens no curso: 55,00% homens e 45,00% mulheres.

Quanto ao tipo de curso que realizou no ensino médio, percebeu-se a predominância do não-profissionalizante ao longo de todo o período, mas de forma crescente chegando a 80,54% em 2011. O ensino profissionalizante teve valores relevantes nos primeiros anos do curso, chegando a 38,91% em 1995, mas foi decrescendo ao longo do período analisado.

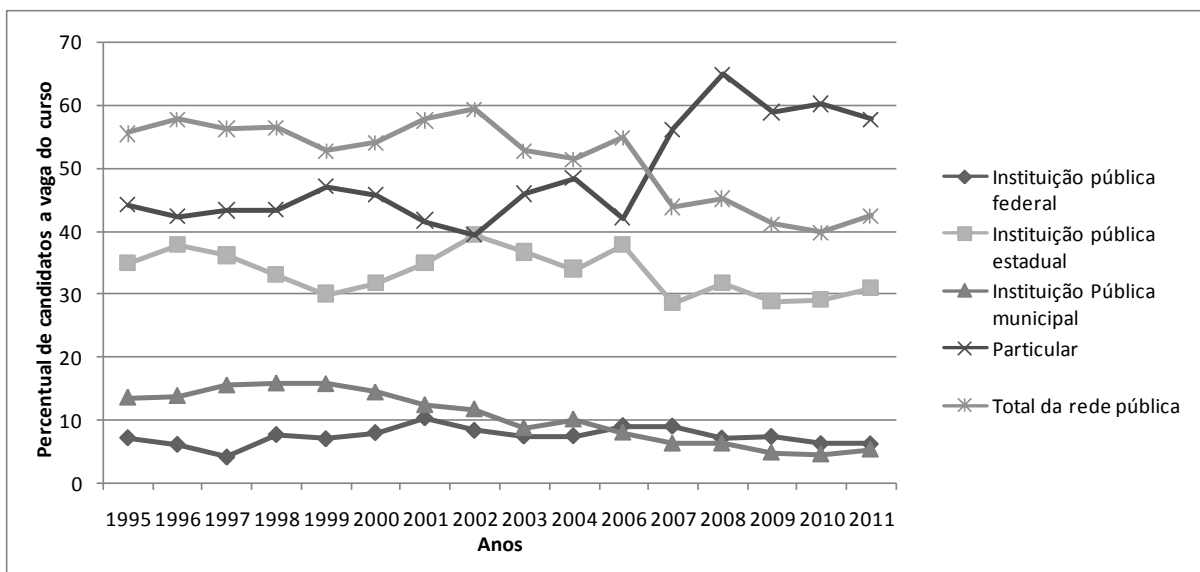


**Figura 2:** Idade dos vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, no período 1995-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Em relação ao turno em que o candidato cursou o ensino médio, ao longo do período predomina o diurno, com valores crescentes: abaixo de 70% no período inicial; acima de 70% no período de transição e acima de 80% no período atual, chegando em 2011 a 89,44%. Nessa variável observa-se diferença em relação ao perfil dos alunos, que apresentam 97,75% para o período diurno, ou seja, os alunos que estudaram o ensino médio durante o dia têm maior entrada no curso.

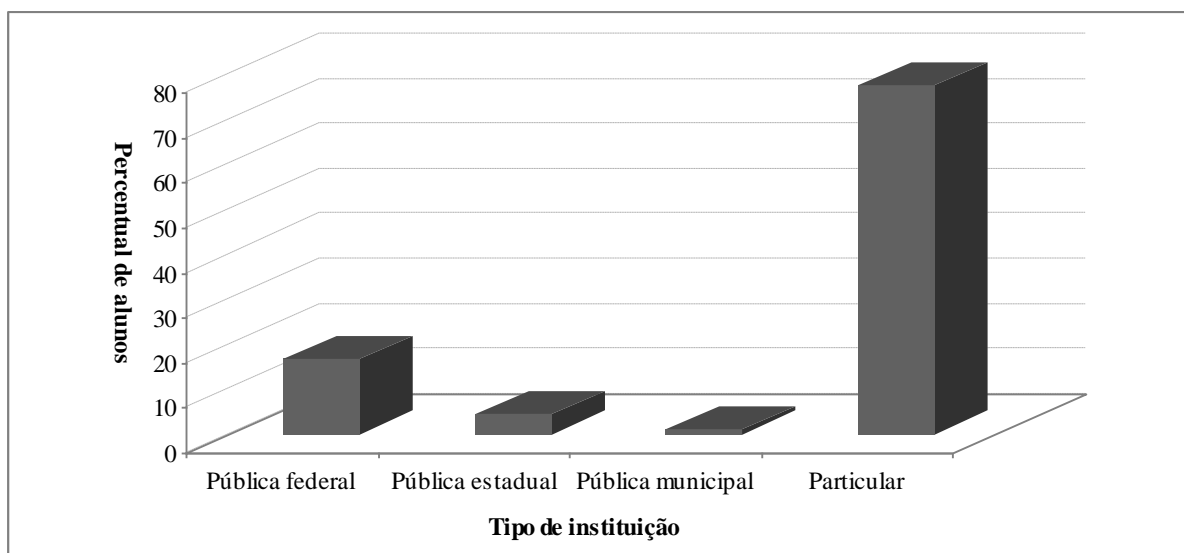
Quanto ao tipo de instituição onde cursou o ensino médio, observa-se queda do número de vestibulandos provenientes da rede pública, ao longo do período analisado. Constata-se que desde os anos iniciais, o curso apresenta maior demanda por parte de candidatos provenientes da rede particular de ensino (Figura. 3).



**Figura 3:** Tipos de instituições de ensino médio das quais são provenientes os vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves da Fundação João Pinheiro, no período de 1995-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Os alunos da rede particular passaram a constituir a maioria a partir de 2007, com a queda expressiva de candidatos oriundos de escolas municipais. A este respeito, observa-se, também, a ocorrência de diferença entre vestibulandos e alunos. Na Figura 4, destaca-se a maior entrada de alunos provenientes do ensino particular. Enquanto para os vestibulandos, no período atual, esse percentual está em torno de 42,00% para os oriundos de escola pública e 58,00% da particular, para aqueles que ingressaram no curso é 22,25% de escola pública e 77,75% de escola particular.



**Figura 4:** Percentual de alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, provenientes de instituições de ensino médio públicas e particulares, no período de 2007-2011

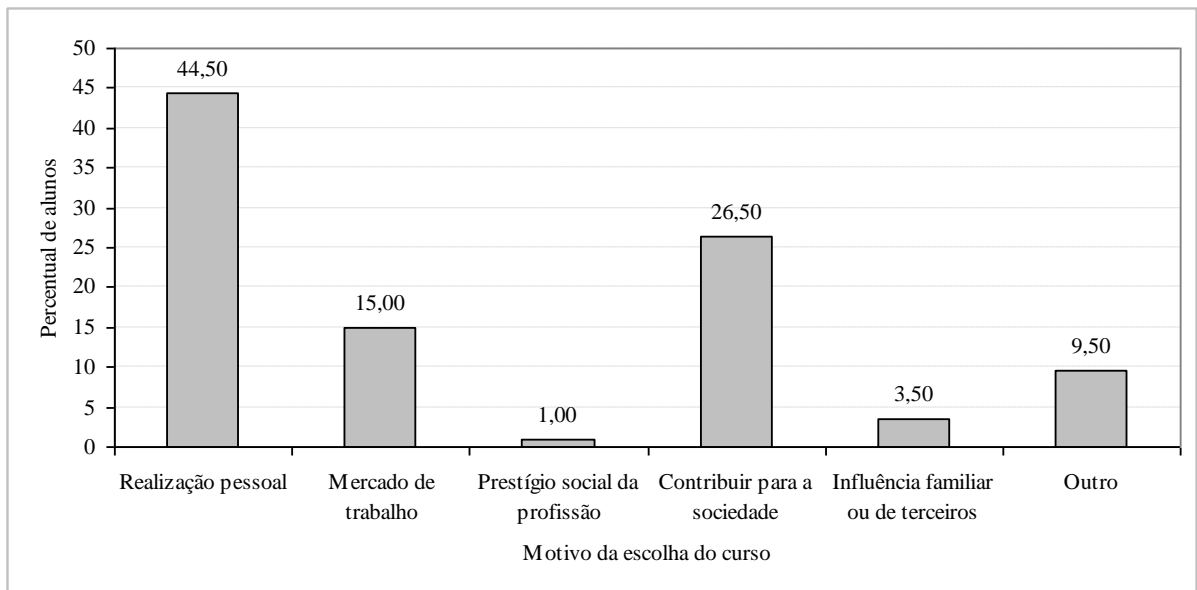
**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Grande parte dos candidatos freqüentou cursos pré-vestibulares, mas esse número também sofreu variações significativas ao longo do período. Percebe-se que os dois primeiros anos e os dois últimos apresentam os menores valores para candidatos que cursaram o pré-vestibular. Entre o período de 1997 e 2000 houve aumento do número daqueles que cursaram o pré-vestibular, e no período seguinte, entre 2001 e 2011, houve queda, com algumas oscilações, de modo que tais variações compõem uma curva, ao longo do período analisado, cujo ápice é o ano de 2000, quando 68,21% dos vestibulandos declararam ter freqüentado cursos pré-vestibulares. Em 2011, esse percentual era de 55,41% do total dos candidatos. Como a faixa etária caiu, ao longo de todo o período, alcançando os menores valores nos dois últimos anos, significa que um número maior de candidatos têm saído direto do ensino médio para o superior.

Não há mudanças importantes nos motivos alegados pelos candidatos para a escolha do curso, mas algumas variações são significativas. Em todos os anos, os valores mais altos são para a opção "realização pessoal" (entre 35,65% e 42,82%). A preocupação com o "mercado de trabalho" é constante ao longo do período, ocupando o segundo lugar entre os motivos apresentados (entre 25,93% e 34,87%). A opção "contribuir para a sociedade" ocupa o terceiro lugar entre os motivos apresentados, com valores entre 13,66% e 20,22%, com valores menores nos últimos anos. O período inicial e o atual mostram certa semelhança nas relações entre as variáveis quanto ao aumento da preocupação com o mercado de trabalho em detrimento da realização pessoal. No período atual, a opção "contribuir para a sociedade" mostrou-se menos relevante para o vestibulando, ficando com valores abaixo de 15%.

Já para os alunos, no período 2007-11, os valores mostram-se ligeiramente diferentes: 44,50% alegaram "realização pessoal" contra apenas 15,00% para "mercado de trabalho" e 26,50% para a opção "contribuir para a sociedade", que ocupa a segunda posição em termos relativos. Ou seja, os candidatos que passaram no vestibular/concurso estão entre aqueles que valorizam mais a realização pessoal e da sociedade, classificando o mercado de trabalho em terceiro lugar como motivo mais importante (Figura 5).

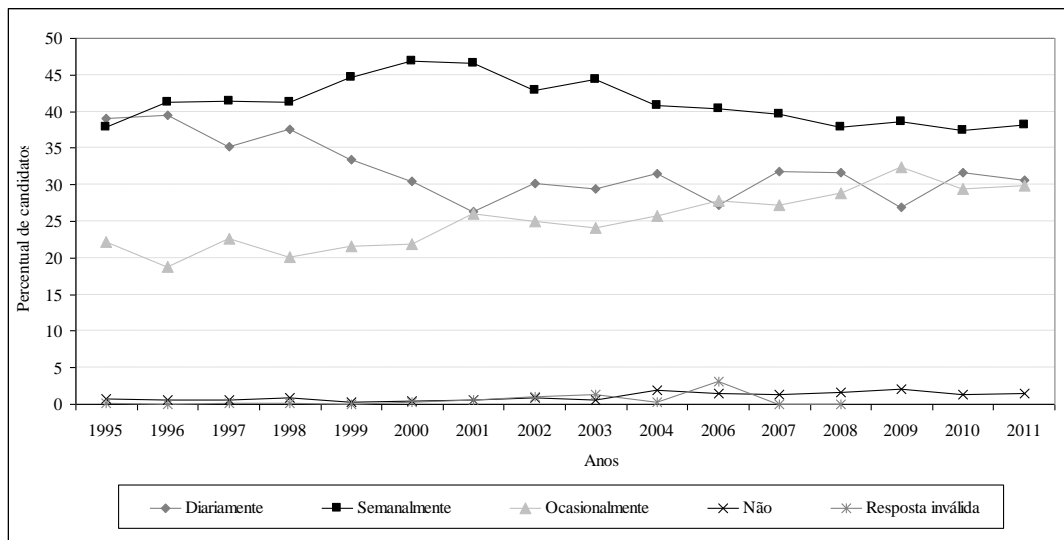
No que diz respeito ao domínio de língua estrangeira, percebe-se que nos cinco primeiros anos os candidatos que não dominam outro idioma correspondem à maioria, mas a partir de 2003 há predominância de candidatos que dominam outro idioma, com destaque para inglês e espanhol. Para o período atual, a média para os vestibulandos que dominam língua estrangeira esta em torno de 70,00%, mas a média para os alunos é bem mais alta – 89,00%.



**Figura 5:** Percentual de alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro em relação ao motivo principal para escolha do curso, no período de 2007-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Quanto aos hábitos de leitura de jornais e revistas e outras fontes de informações, foi possível perceber algumas mudanças importantes: a categoria “semanalmente” predomina em todo o período analisado, exceto em 1995. No entanto há variações com concentração dos maiores valores entre 1999 e 2003 e os menores nos últimos anos (Figura 6).



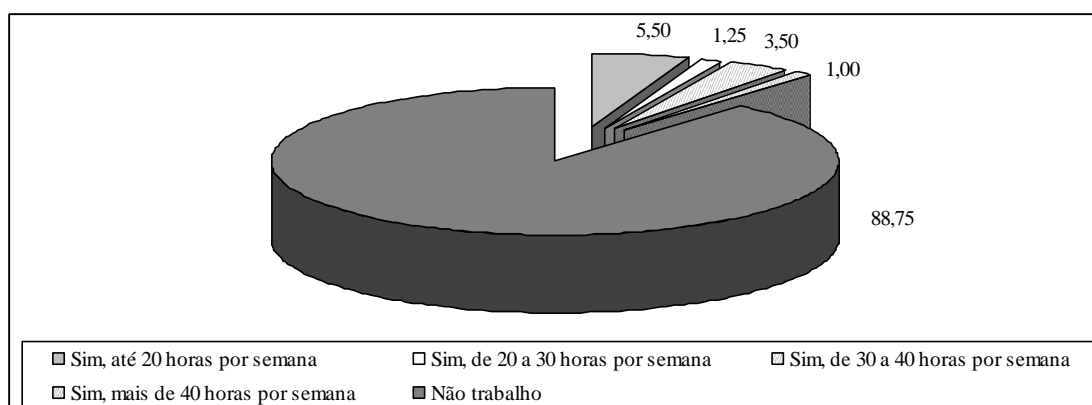
**Figura 6:** Percentual dos vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro em relação ao hábito de leitura, no período de 1995-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

As fontes de informações também sofreram mudanças ao longo do período sob consideração. O telejornal predominava com valores entre 40,86% e 56,72%, mas

decreceu nos últimos anos. O segundo lugar é reservado ao jornal escrito, com valores entre 17,28% e 33,60%, e também apresentou declínio nos últimos anos.

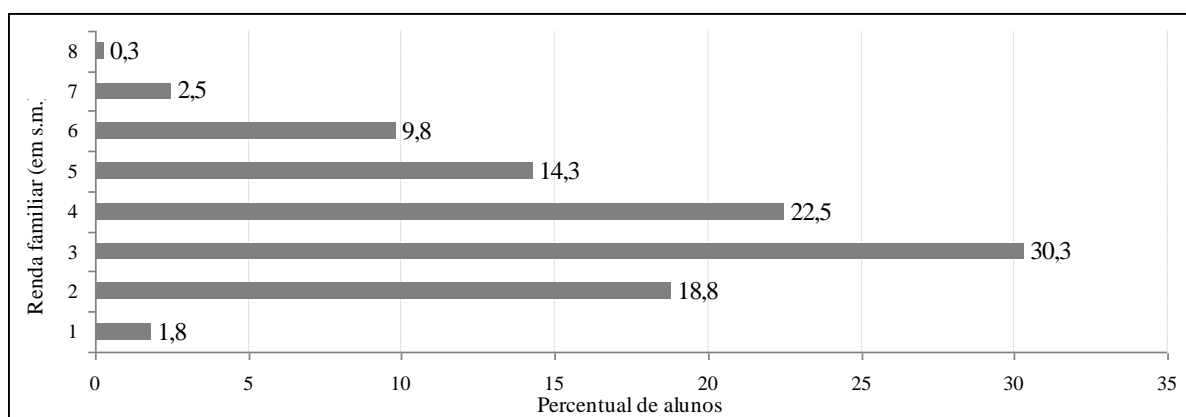
Quanto ao exercício de atividade remunerada, há uma grande mudança. Nos dois primeiros anos, os valores para candidatos que trabalhavam superavam os 50%. Os últimos anos concentram os maiores valores para candidatos que não trabalham, chegando a 77,86% em 2011. Comparadas as médias do período atual para vestibulandos e alunos (88,75%), percebe-se que há maior entrada do jovem que não estavam trabalhando no momento do vestibular (Figura 7).



**Figura 7:** Percentual dos alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro em relação à sua jornada de trabalho quando prestaram o vestibular, no período de 2007-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

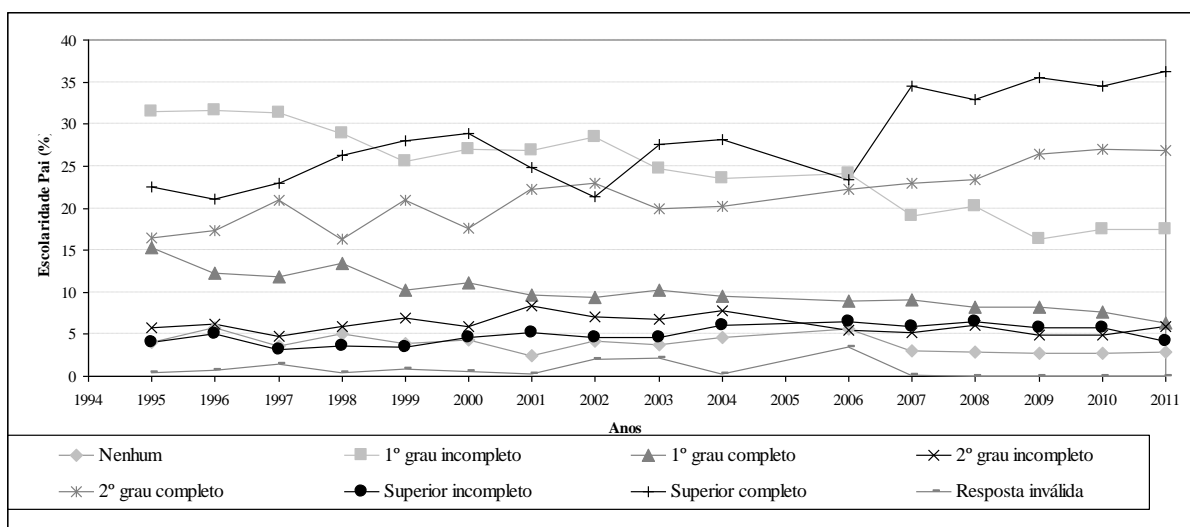
Em relação a renda familiar informada é possível perceber que entre os vestibulandos, até 2001, observam-se valores maiores na categoria entre 6 e 10 salários mínimos. A partir de 2002, os maiores valores passam à categoria entre 3 e 5 salários mínimos. Diferentemente, entre os alunos prevalecem faixas de rendimento mais elevadas, com maior concentração na faixa entre 6 e 10 salários mínimos, seguida da faixa de 11 a 15 e, somente em terceiro, a faixa de 3 a 5 salários mínimos. A renda familiar dos alunos é mais alta do que a renda dos candidatos para o período atual (Figura 8).



**Figura 8:** Percentual de alunos Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro em relação a sua renda familiar, no período de 1995-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP.

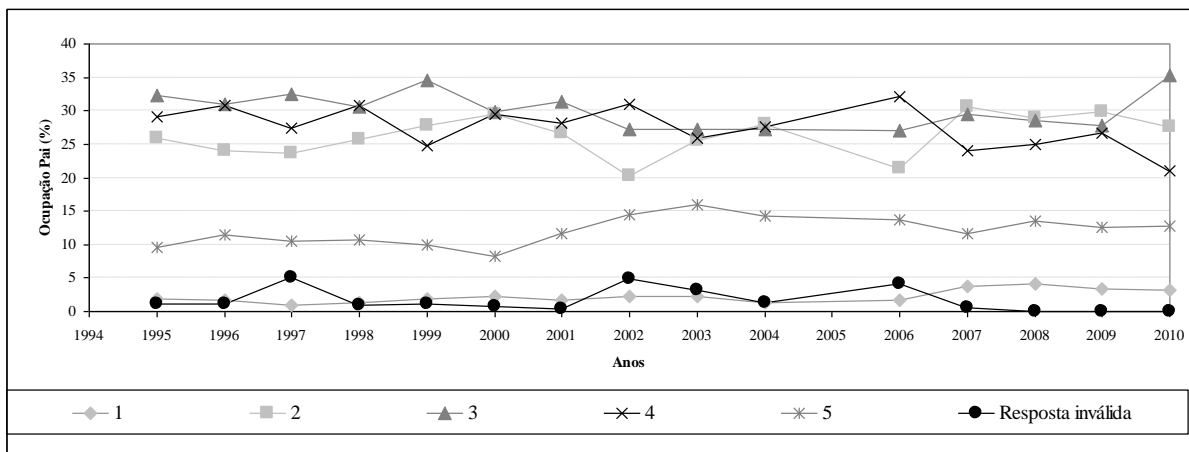
Conforme Figura 9, quanto ao grau de escolaridade dos pais, percebem-se valores crescentes, sobretudo nos últimos anos. Para os vestibulandos, em 1995, os homens que estavam nas categorias de ensino médio e superior (completo e incompleto) representavam 22,17% e 26,5%, respectivamente. Em 2011, esses números passam a 32,84% e 40,47%, respectivamente. Para as mulheres houve alterações semelhantes: em 1995 era 28,16% e 22,08% para o ensino médio e superior; e em 2009 esses valores se elevam para 31,98% e 47,86%, respectivamente. Para os alunos, a escolaridade dos pais mostra-se mais alta para o período atual: 55,50% (pai) e 60,8% (mãe), considerando apenas o curso superior.



**Figura 9:** Percentual de escolaridade dos pais dos vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, no período de 1995-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

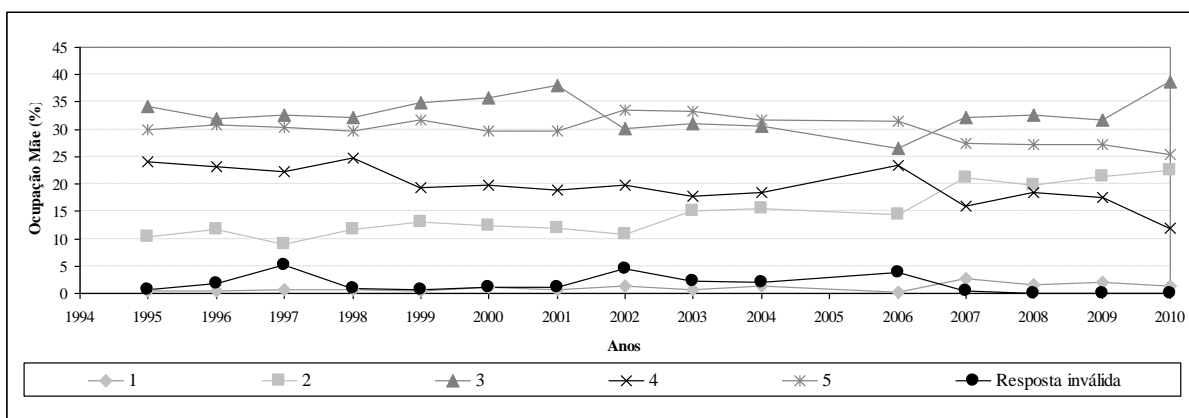
A partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto à ocupação dos pais dos vestibulandos, ao longo do período, observam-se maiores valores para a categoria 3, para o pai, na qual situam-se as profissões de bancário, oficial de justiça, professor primário e secundário, despachante, entre outras. Nos últimos anos vêm ganhando destaque as ocupações da categoria 2, comparativamente aos anos anteriores. Nessa categoria encontram-se classificadas as profissões de médico, profissional liberal de nível universitário, engenheiro, arquiteto, advogado, dentista, professor universitário, entre outras. (Figura 10)



**Figura 10:** Percentual de ocupação dos pais dos vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, no período de 1995-2010.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

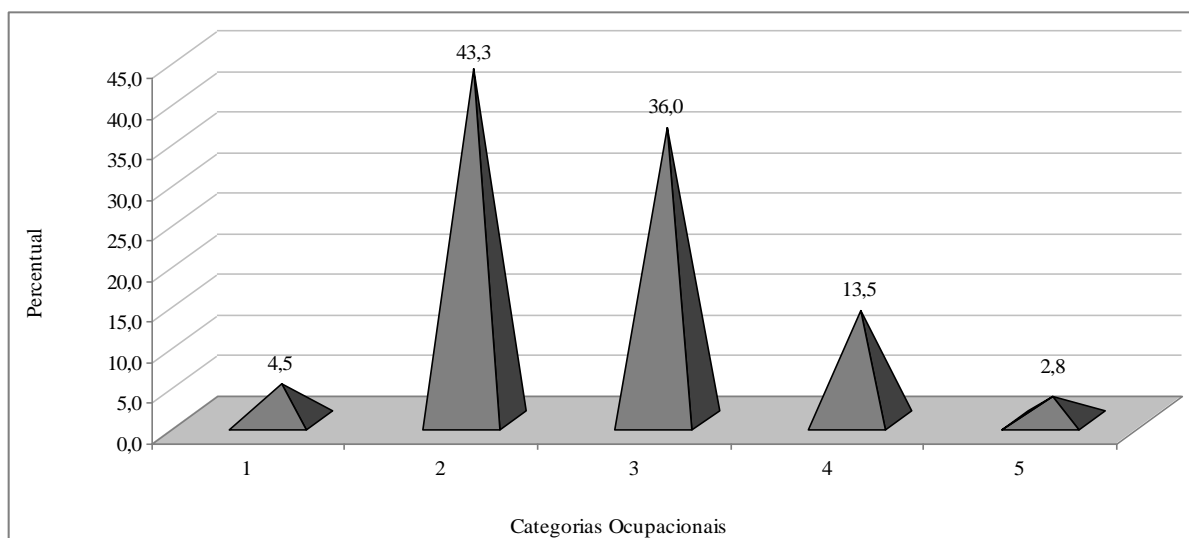
Já em relação à ocupação da mãe, percebem-se maiores valores para as categorias 3 e 5. No grupo 5 encontram-se ocupações como as de operário não-qualificado, empregado doméstico, cozinheiro, pedreiro, entre outras. Pela comparação da trajetória dos pais, em relação à escolaridade e à ocupação, percebe-se que, embora as mulheres tenham obtido graus de escolaridade maior, ao longo do período analisado, elas encontram-se em ocupações de menor qualificação que os homens. Observa-se que os homens passaram do grupo de ocupação 3 para o 2, enquanto as mulheres continuam no grupo de ocupação 3, depois de um período predominante no grupo 5. Mas há que se ressaltar que elas estão em ascensão no grupo de ocupação 2, tendo passado de 10,42%, em 1995, para 22,56% em 2010 (Figura 11).



**Figura 11:** Percentual de ocupação das mães dos vestibulandos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, no período de 1995-2010.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

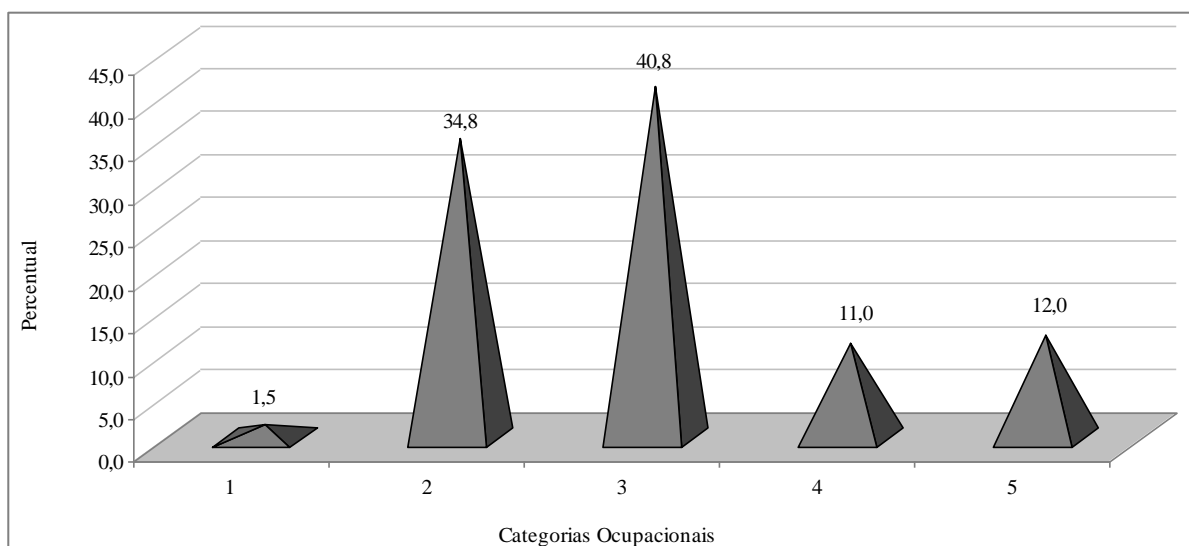
No período atual do curso, comparando-se os valores dos grupos de ocupação dos pais de vestibulandos e alunos, percebem-se algumas diferenças: para o pai do aluno também predomina a ocupação 2, mas com 43,30% contra 28,91% para o pai do vestibulando. (Figura 12)



**Figura 12:** Percentual de ocupação dos pais dos alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 2007-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Já a mãe do aluno também apresenta maior valor na categoria 3, com 40,80%, mas o grupo de ocupação dois encontra-se com valores próximos, 34,80%, enquanto para a mãe do vestibulando, embora predomine o grupo 3, com 33,72%, o grupo 5 ocupa o segundo lugar (26,63%) e não o 2 (21,07%), que fica em terceiro. (Figura 13)



**Figura 13:** Percentual de ocupação das mães dos alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 2007-2011.

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Como o período em análise mostra-se relativamente longo, foi possível perceber que algumas mudanças parecem estar consolidadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou a análise das principais mudanças ocorridas no perfil socioeconômico dos estudantes interessados na formação na área de administração pública e no ingresso à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais no período compreendido entre 1995 e 2011. Foi possível identificar três momentos distintos do perfil analisado, apontados pela diferenciação de características dos seus vestibulandos e alunos, sobretudo em relação às seguintes variáveis: faixa etária, situação ocupacional, renda familiar, escolaridade e ocupação dos pais. O primeiro momento corresponde ao período inicial de instalação do curso, correspondente ao intervalo entre 1995 e 1998. Neste período os vestibulandos apresentaram faixa etária acima de 20 anos, oriundos de escola pública, com expressiva presença de ensino médio profissionalizante. Caracterizaram-se por possuir pouco domínio de língua estrangeira e mas com experiência profissional. O segundo momento corresponde a um período de transição no perfil socioeconômico estudado, com muitas oscilações nas características identificadas no primeiro período, e sinalizando mudanças maiores que se consolidaram no último momento, ou seja, entre 2007 e 2011. Em síntese, pode-se afirmar que as principais mudanças no perfil socioeconômico do vestibulando foram: queda da faixa etária e da renda familiar, maior número de candidatos que não trabalham, mas que dominam língua estrangeira e são oriundos de escola particular. Verificou-se a redução da frequência na leitura de jornais e revistas, pois o telejornal ocupou a preferência dos candidatos. O perfil do aluno atual da Escola de Governo acompanha os traços observados para o perfil do vestibulando no período 2007-2011, mas algumas diferenças foram notadas. Há maior entrada de homens, há maiores valores percentuais para alunos oriundos de escola particular em horário diurno, que não trabalham, dominam língua estrangeira e possuem renda familiar mais alta. Os pais têm escolaridade mais elevada e com ocupações predominantes nos grupos 2 e 3. Essas características podem ser melhor observadas na TAB. 2, abaixo, através da comparação entre os perfis de candidatos e alunos no período de 2007-2011.

| <b>Variáveis Analisadas do Perfil dos Candidatos e Alunos</b> | <b>Candidatos</b>      | <b>%</b> | <b>Alunos</b>          | <b>%</b> |
|---------------------------------------------------------------|------------------------|----------|------------------------|----------|
| Idade                                                         | 17 a 19 anos           | 63,23    | 17 a 19 anos           | 74,30    |
| Sexo                                                          | Mulher                 | 55,56    | Homem                  | 55,00    |
| Estado civil                                                  | Solteiro               | 91,41    | Solteiro               | 97,50    |
| Tipo de curso                                                 | Não-profissionalizante | 81,42    | Não-profissionalizante | 86,30    |
| Turno                                                         | Diurno                 | 87,03    | Diurno                 | 97,80    |
| Tipo de instituição                                           | Particular             | 57,59    | Particular             | 77,8     |
| Motivo para escolha curso                                     | Realização pessoal     | 40,14    | Realização pessoal     | 44,50    |
| Atividade remunerada                                          | Não                    | 75,67    | Não                    | 88,80    |

|                               |               |       |               |       |
|-------------------------------|---------------|-------|---------------|-------|
| Renda familiar                | 3 a 5 SM      | 34,19 | 6 a 10 SM     | 30,30 |
|                               | 6 a 10 SM     | 26,78 | 11 a 15 SM    | 22,50 |
| Domínio de língua estrangeira | Sim           | 68,80 | Sim           | 89,00 |
| Escolaridade dos pais         | Superior /pai | 34,75 | Superior /pai | 55,50 |
|                               | Superior /mãe | 39,87 | Superior /mãe | 60,80 |
| Ocupação dos pais             | Grupo 3/pai   | 30,26 | Grupo 2/pai   | 43,30 |
|                               | Grupo 3/mãe   | 33,72 | Grupo 3/mãe   | 40,80 |

**Figura 14:** Síntese comparativa dos perfis dos candidatos e alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro no período de 2007 a 2011

**Fonte:** FUNDEP e EG/FJP

Acredita-se que as mudanças observadas refletem as alterações do contexto político-institucional, bem como as variações no contexto econômico brasileiro ao longo período analisado. Contudo, a relação entre tais fenômenos demanda um estudo à parte, sobretudo no que se refere às variáveis demográficas. Do ponto de vista do perfil do aluno, algumas lacunas são deixadas pelo estudo. Dados quantitativos permitem uma boa leitura panorâmica, mas chamam a atenção para questões que precisam ser aprofundadas. Para se ter acesso aos reais motivos que levaram os jovens a optar pelo curso, bem como suas perspectivas em relação à carreira, se faz necessário o uso de outras abordagens. Nesse sentido, deixam-se as seguintes questões para estudos futuros: qual o peso da oferta da bolsa de estudos como atrativo aos jovens para uma formação superior? De que forma a certeza do ingresso na carreira do serviço público estadual e de uma formação especializada nesta área é percebida pelos estudantes na escolha de sua profissão? Por que hoje a carreira pública vem atraindo o interesse de tantos estudantes? Quais as expectativas desses estudantes nesse cenário profissional?

## 6. REFERÊNCIAS

Camarano, A. A. & Mello, J. L. e. (2006) Introdução. Camarano, A. A. (org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Carneiro, C. B. L.; Costa, B. L. D. & Rocha, R. P. (2003) Reforma do Estado, governo local e estratégias de criação de capacidade institucional: a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Carneiro, J. M. B. e Amorim, A. (orgs.) **Escolas de Governo e Gestão Municipal.** São Paulo: Oficina Municipal.

Coelho, F. de S. (2006) **Educação superior, formação de administradores e setor público: um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil.** Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Fischer, T. (1984) **Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira.** *Revista de Administração de Empresas* 24(4),278-288.

Fundação João Pinheiro. (2007) **Escola de Governo. Projeto Pedagógico 2007: Curso Superior de Administração Pública.** Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

Fundação João Pinheiro. (2009a) *Edital nº. 003 /2009*. Belo Horizonte, **Fundação João Pinheiro/Secretaria de Planejamento e Gestão**.

Fundação João Pinheiro. (2009b) **Relatório de Atividades 2009**. Belo Horizonte, **Fundação João Pinheiro**.

Gaetani, F. (1999) O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. **Revista do Serviço Público**. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, n.4.

Gonzales, R. (2009) Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? Castro, J. A. de; Aquino, L. M. C. de; Andrade, C. C. de.(Orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, IPEA.

Keinert, T. M. M. (1996) **Análise das propostas dos cursos de administração pública no Brasil em função da evolução do campo de conhecimento**. *Relatório n.3/1996*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

Machado, M. C. T. (2002) Perfil dos estudantes da UFG – uma análise a partir do processo seletivo 2002. **Revista Sociedade e Cultura**, Vol. 5, n. 2, 137-145.

Mezzomo, T. M. & Laporta, C. B. (1994) A RAP e evolução do campo de administração pública no Brasil (1965-92). *Revista de Administração Pública*, 28, 1:5-17.

Peci, A. & Cavalcanti, B. S. (2007) Administração pública e seu ensino: um campo em busca de legitimação. **Revista do Serviço Público**. Edição Especial. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2007.

Ribeiro, W. A. (2003) As escolas de governo e o “novo direito administrativo”. Carneiro, J. M. B. & Amorim, A. (orgs.) **Escolas de Governo e Gestão Municipal**. São Paulo, **Oficina Municipal**.

Rocha, E. M. P. da; Biondini, I. V. F; Rossi, M. de F. P; Rodrigues, M. I. A.; Dufloth, S. C; e Horta, C. J. G. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro: Uma história de referência. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. especial, v. 1, n.6, 2010.

Santos, L. M. M. dos. (2005) O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo, Maringá**, V. 10, n. 1, 57-66.

Silva, W. R. da; Brandão, R. D. Júnior; Souto, J. V. & Silva, N. A. da, Júnior. (2005, setembro) **Escolha do Curso de Administração: uma análise comparativa entre uma instituição pública e uma instituição privada**. Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Brasília, DF, Brasil, 29.